



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Rejeitado

Grupo Parlamentar

E\_COM10XV/2023/106

Exma. Sra. Presidente

da Comissão de Trabalho e Segurança Social,  
Deputada Isabel Meirelles

**Requerimento para Audição da Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, da Sra. Provedora de Justiça e de Entidades Representativas das Pessoas com Deficiência** sobre os atrasos significativos no agendamento de consultas em Juntas Médicas para avaliação das incapacidades

A garantia aos cidadãos com deficiência no acesso a todas as medidas e benefícios que contribuam para a sua integração e inclusão depende da existência de Atestado Médico de Incapacidade Multiuso, antecedido por uma junta médica necessária para a sua emissão e que o mesmo se encontre dentro da validade, sob pena dos cidadãos nestas circunstâncias verem negado o acesso a um conjunto de direitos exatamente por não terem a sua incapacidade comprovada por junta médica.

O PCP tem levantado este problema na Assembleia da República, assim como outros grupos parlamentares.

Existem cidadãos que estão a aguardar há mais de 2 anos pela realização da junta médica requerida, sem qualquer perspetiva do seu agendamento, o que ultrapassa largamente os 60 dias previstos pela legislação aplicável. Estes atrasos na atribuição do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso são bem conhecidos, seja por via das queixas que chegam à Provedoria de Justiça, seja pelas que chegam às Associações Representativas de Pessoas com Deficiência.

Estes atrasos, que continuam a registar-se por todo o País, representam a impossibilidade de acesso a importantes direitos, apoios e prestações sociais. É urgente inverter esta realidade porque ela nega a inclusão social para todos aqueles que aguardam anos pelas juntas médicas.

É por isso absolutamente imprescindível conhecer as várias realidades, obter os esclarecimentos necessários em relação ao tempo de espera para realização das referidas juntas médicas. É necessário que seja dada uma resposta cabal e tomadas as medidas que garantam o



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

**Rejeitado**

**Grupo Parlamentar**

funcionamento das juntas médicas de avaliação de incapacidade, respondendo a todos os utentes, incluindo aos que não tiveram respostas desde as alterações ao funcionamento das mesmas, **pelo que o Grupo Parlamentar do PCP requer, com máxima urgência, a audição na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão em conjunto com a Comissão de Saúde**, das seguintes entidades:

1. **Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;**
2. **Sra. Provedora de Justiça;**
3. **Associação Portuguesa de Deficientes;**
4. **Confederação Nacional de Organizações de Pessoas com Deficiência;**
5. **Fenacerci - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social;**
6. **Federação das Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral;**
7. **Federação Portuguesa das Associações de Surdos;**
8. **ACAPO - Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal;**
9. **Amorama - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos.**

Assembleia da República, 21 de abril de 2023

OS Deputados,

Manuel Loff

Alma Rivera